

## Novo modelo

## Cooperativas de crédito

Sílvio Giusti\*

NO BRASIL, o cooperativismo tem seus primeiros registros em 1889, em Ouro Preto (MG). Três anos depois, em 1902, surge o cooperativismo de crédito, na localidade de Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis (RS), pelas mãos do padre suíço Theodor Amstad. Seu papel na difusão dos benefícios proporcionados pelas cooperativas de crédito na região, a partir da experiência na Europa, levou à fundação da primeira cooperativa de crédito, em 1902, na época Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, hoje Sicredi Pioneira.

Dificuldades vivenciadas principalmente no meio rural e em comunidades isoladas foram determinantes para o início do movimento no País. Muitos colonos necessitavam, entre outras coisas, de um meio para obter recursos financeiros e comprar sementes, utensílios e ferramentas para o trabalho nas fazendas, ou ainda, guardar esse dinheiro proveniente da venda de grãos e de animais.

Hoje, mais de cem anos depois, o cooperativismo brasileiro de crédito colhe os frutos da sua própria história, e acima de tudo, por se firmar como um mecanismo, cada vez melhor, de acesso à poupança e ao crédito.

A expressividade do segmento é evidente. Em junho deste ano, o setor reunia mais de 1,4 mil cooperativas de crédito, 50 mil empregos, 4.282 pontos de atendimento e cerca de 4,5 milhões de associados. Organizadas em cooperativas de primeiro grau – confederações, segundo grau – centrais e primeiro grau – singulares, essa estrutura abrange ainda dois bancos cooperativos – Sicredi e Bancoob.

As cooperativas de crédito administram mais de R\$ 48,2 bilhões em ativos, com R\$ 10,3 bilhões em Patrimônio, mais de R\$ 21 bilhões em Depósitos e mais de R\$ 22 bilhões em Empréstimos, conforme dados do Banco Central (BC), em junho deste ano.

### O crédito rural no ambiente cooperativo de crédito

O crédito rural é motriz da geração de grande parte da riqueza do Brasil. A produção de grãos, sua comercialização e seus beneficiamentos são fatores de peso na economia nacional, e o crédito rural é base desse processo produtivo. Historicamente, muitas dificuldades se apresentaram aos produtores rurais para o adequado acesso aos recursos do crédito rural, seja por aspectos do processo burocrático para a tomada de crédito, por questões de prazos de liberação e vencimento de créditos e até em função de volumes de crédito que por vezes foram escassos ou indisponíveis.

No sentido de superar tais entraves, muitas cooperativas de crédito surgiram com o objetivo de viabilizar melhor am-

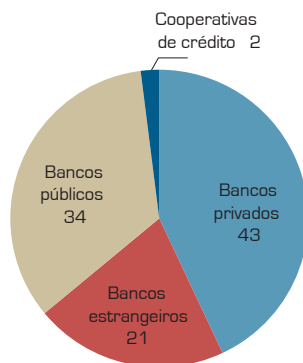
biente aos produtores rurais quanto ao crédito rural e, assim, proporcionar melhores condições de acesso ao crédito de forma mais dinâmica, desburocratizada e adequada às necessidades do meio rural.

Na medida em que as cooperativas de crédito, que atuam fortemente com o crédito rural, surgiram da organização dos produtores rurais, são eles, por meio da sua diretoria eleita em assembleia geral, que determinam as prioridades de aplicação dos recursos e a forma de atuação da cooperativa para atender às suas necessidades.

Essa concepção de atuação dos produtores rurais nas cooperativas de crédito há muito é defendida pelo ex-ministro da Agricultura do Brasil e presidente da OCB (1985-91), Roberto Rodrigues, que disse: “Com isso, a agricultura se capitaliza, produz mais e melhor, remunera com generosidade, gerando empregos e rendas que criam um mercado interno mais capaz para assimilar a produção agrícola e industrial. E assim se fecha um ciclo econômico sólido, com a produção lastreada na demanda estável. Ainda mais: o sistema reduz a pressão por crédito, aliviando o Tesouro e os bancos privados, e também ajuda a combater a inflação, porque a cooperativa não precisa ter lucro, podendo trabalhar com taxas mais baixas de juros. Portanto, todos se beneficiam: o governo, porque será menos pressionado por recursos; a sociedade, porque a inflação pode ser corrigida, e o agricultor porque se capitaliza.”

Antes de verificar a atuação das cooperativas de crédito no mercado de crédito rural, é necessário recordar que essas organizações detêm a participação de 2% das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou seja, 98% estão distribuídos entre os bancos públicos, privados e estrangeiros.

Se verificarmos e compararmos essa proporcionalidade entre os 2% das cooperativas de crédito e os 98% dos bancos, fica evidente que as cooperativas de crédito têm papel extremamente significativo no mercado do crédito rural do Brasil. ■



\* Analista de crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)